

**TELEJORNALISMO LOCAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: OS
TEMBÉ-TENETEHARA E A TV LIBERAL**

**LOCAL TELEJOURNALISM IN THE BRAZILIAN AMAZON:
TEMBÉ-TENETEHARA AND LIBERAL TV**

Ivânia dos Santos Neves¹, Arcângela Sena²

RESUMO: *Entre 2012 e 2014, analisamos as 36 matérias com indígenas exibidas nos telejornais locais no estado do Pará. Constatamos que na maioria delas prevalece o discurso do indígena selvagem. Neste artigo, analisamos discursivamente uma dessas matérias e convidamos um grupo de indígenas para falarem de sua posição sobre a mídia. A partir do método arqueológico proposto por Michel Foucault, mostramos as redes de memórias que constituem discursivamente o indígena na grande mídia brasileira. A história da maior rede de comunicação do Brasil e suas afiliadas visibiliza por que até a eleição de Jair Bolsonaro o lugar reservado aos indígenas nos telejornais foi de selvagem, violento, ou do “bom selvagem”, incapaz de cuidar de si.*

Palavras-Chave: Arqueologia; Resistência; Rede Globo

ABSTRACT: *Between 2012 and 2014, we have analyzed the 36 news stories with about indigenous people shown on telejournalism local in the state of Pará. We found that in most of them the natives appear as wild people. In this article, we discursively analyze one of these news and invite a group of indigenous people to talk about their position in the media. From the archaeological method proposed by Michel Foucault, we show the net of memories that discursively constitute the indigenous in the Brazilian media. The history of Brazil's largest communication net and its affiliates makes it clear why until the election of Jair Bolsonaro the place reserved for indigenous people on television news was wild, violent, or the “good savage,” unable to take care of themselves.*

Keywords: Archeology; Resistance; Rede Globo

Introdução

Em 2019, a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil, a partir de uma análise superficial, produziu um reposicionamento das grandes corporações brasileiras de comunicação em relação aos povos indígenas. As primeiras medidas adotadas pelo presidente pretendiam alterar os processos de demarcação das terras indígenas e sua posição de liberar o desmatamento e a exploração mineral nestas terras, desde sua campanha, já estava anunciada. Somadas a estas medidas, a ofensiva da presidência em

¹ Doutorada em Linguística pela Unicamp. Professora do Instituto de Letras e Comunicação - ILC da UFPA e docente do PPG em Letras. Pesquisa com apoio Cnpq.

² Mestre pelo Programa de Mestrado Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA.

relação à Rede Globo e ao Grupo Folha e a qualquer mídia que lhe faça oposição, mais o ataque às conquistas sociais de negros, de grupos LGBTQ+, prosseguiram nos primeiros meses de governo e continuaram animando a polarização que orientou a campanha presidencial.

Neste novo cenário, pela primeira vez na história do Brasil, os direitos indígenas entraram, de fato, na pauta da grande mídia brasileira e passaram a interessar a número expressivo da população brasileira. Hoje, sem dificuldades, nas redes sociais, vamos encontrar uma série de enunciadores que continuam reafirmando o discurso de discriminação em relação aos povos indígenas, defendendo inclusive que eles devem morrer. Ainda que muitas pessoas se surpreendam com esta posição, ela é apenas mais uma recorrência de um processo que desde 1500 se institucionaliza como discurso hegemônico. O novo reside na grande quantidade de postagens que defendem os povos indígenas e, sobretudo, na posição da Rede Globo e do Grupo Folha, que agora, pelas emergências históricas, com todas as complexidades deste processo, estão em lugares de enunciação semelhantes aos dos povos indígenas.

Desde 1998, estudamos a produção da identidade indígena na mídia brasileira. Em todos esses anos, acompanhamos a (re)produção de um indígena genérico, selvagem, violento, quer fosse no cinema, nas telenovelas, nos jornais impressos (NEVES; CORRÊA; TOCANTINS, 2013). Consideramos, portanto, muito necessário elucidar este complexo processo e não vamos aqui nos prender aos anos de 2019 e 2020, porque ainda é cedo para compreender como os embates deste jogo discursivo entre as grandes corporações de comunicação e os povos indígenas vão se desenrolar.

Os poderosos interesses coloniais e suas novas modalidades, a resistência indígena e as transformações resultantes deste jogo de forças são os discursos que circulam, atualmente, sobre as sociedades indígenas, nas conversas cotidianas, nos jornais impressos, na programação televisiva e na *Internet*. Não podemos desconsiderar que, ainda hoje, os povos indígenas são tutelados pelo Estado brasileiro e que recai sobre eles um estereótipo de pessoas inocentes ou selvagens, incapazes de se governar (NEVES; CARVALHO, 2019).

Consideramos, portanto, necessário, neste momento, elucidar a vitalidade de uma rede de memórias que se construiu nesta belicosa frente de contato entre as terras indígenas e a grande mídia. Para isso, vamos procurar os lugares menores, aqueles espaços em que a grande mídia, bastante associada aos interesses do capital estrangeiro adquire um caráter local e produz potentes micro histórias, capazes de estabelecer verdades e saberes quase irrefutáveis.

Neste artigo, vamos analisar, a partir do método arqueológico proposto por Michel Foucault, uma matéria veiculada em 2014 pela TV Liberal, afiliada da Rede Globo no estado do Pará, que mostra um conflito na fronteira da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), onde vivem os Tembé-Tenetehara. Também ouvimos um grupo de professores e estudantes universitários Tembé-Tenetehara sobre os acontecimentos narrados pelo telejornal. Nosso objetivo foi mostrar como o telejornalismo local, desde o início de suas transmissões no estado do Pará, filiado a uma rede nacional e diretamente ligado à opinião pública local, produziu discursivamente um indígena selvagem e violento, bem diferente do que é exibido em 2019 e 2020 nas telas da Rede Globo.

1. Atando nós em redes de memória

Este artigo foi resultado do projeto “A Invenção do Índio na Mídia: discursos e identidades³”, cujo objetivo principal residiu em realizar uma cartografia da presença indígena em diferentes mídias: telenovela, telejornais, jornais impressos, cinemas, documentários, redes sociais, quadrinhos e grafite. Encontramos na quase totalidade das produções que analisamos uma identidade indígena forjada pelo dispositivo colonial que inventou um índio sempre nu, genérico, quase desprovido de humanidade. Nesta construção, eles são selvagens e violentos, pois “comem” as pessoas e precisam ser combatidos. Há ainda outra discursividade que os toma como bons selvagens, ingênuos, incapazes de se cuidar. Mais especificamente em relação à mulher indígena, desde a Carta de Caminha, elas são desavergonhadas, despudoradas e recai sobre elas o discurso da sensualidade que precisa de alguma forma ser contida. Uma outra recorrência bem perversa é o índio a-histórico, condenado a viver como seus ancestrais viviam, sob pena de não serem mais considerados indígenas verdadeiros.

Não é difícil concluir que estes discursos continuam se atualizando, a partir das novas emergências históricas. Só muito recentemente a presença de indígenas nas redes sociais e agora, em meio ao reposicionamento da grande mídia no primeiro ano do governo Bolsonaro, esta situação começou timidamente a se modificar. A perspectiva decolonial, bastante favorecida pela Constituição de 1988, pós-ditadura militar, hoje presente nos movimentos sociais e nas universidades, favorece bastante este processo, inclusive contribui para que uma parte da população brasileira passe a se reconhecer como

³ Projeto aprovado pelo Edital Universal do CNPq na Área de Comunicação em 2013.

descendente de indígenas e africanos. A programação da grande mídia no Brasil também é permeável pelas transformações da história.

A parte da pesquisa voltada aos telejornais locais no estado do Pará compreendeu produções que foram ao ar em três emissoras locais, no período 2012 a 2014: TV Liberal (matérias disponíveis no site G1-Pará), SBT-Pará (matérias disponíveis no YouTube) e Record-Pará (matérias disponíveis no YouTube). Ao todo, catalogamos 36 produções e podemos observar que a maior parte das matérias tratava de conflitos pela posse da terra e de problemas na saúde indígena. Apenas três não apresentavam as sociedades indígenas como um problema social, duas que faziam a cobertura de festas indígenas e uma que apresentava a edição dos IV Jogos Indígenas (SENA, 2015).

O número de reportagens em que os povos indígenas aparecem na televisão local em dois anos é muito limitado, assim também como o tempo de fala dos próprios indígenas é bastante reduzido. Nas imagens destas matérias, podemos ver que existe uma presença insistente do corpo indígena, muitas vezes pintado, com poucas roupas, usando adereços como cocares, colares e saias tradicionais. Na abordagem dos telejornais locais, bastante alinhada às produções dos telejornais nacionais, o discurso produzido pelo dispositivo colonial sobre os povos indígenas continua a ser atualizado. Estar com pouca roupa, pinturas e adereços corporais é condição para que eles possam ser identificados como indígenas nas telas da televisão local. Todos os envolvidos na produção de notícias, o jornalista, o editor-chefe e mesmo a maior parte dos telespectadores se enredam na mesma rede de memórias visuais estabelecida pelo discurso da colonização.

Nossas análises foram baseadas no método arqueológico proposto por Michel Foucault (2005). Entendemos que estas matérias são organizadas em enunciados audiovisuais e procuramos compreender a sua densidade histórica, identificar a que redes de memórias elas se filiam. Enunciado, de acordo com Michel Foucault (2005, p.98), não é uma estrutura fixa e seu significado é definido na história dos sujeitos.

Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado, critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. É essa função que é preciso descrever agora como tal, ou seja, em seu exercício, em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza.

Nesta perspectiva teórica, procuramos compreender os acontecimentos que produziram as matérias nos telejornais locais. Os enunciados e os acontecimentos constituem as práticas discursivas, estão para além da materialidade dos signos e são

produzidas por sujeitos no exercício de suas funções enunciativas. O que nos leva a pensar que, em grande medida, ainda que outros indivíduos exercessem as funções de repórter, câmera, ou editor-chefe, o resultado final destas matérias sobre os povos indígenas nos telejornais locais não seria muito diferente.

[o] que se chama "prática discursiva" pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a "competência" de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinada no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2005, p.133).

As práticas discursivas se inscrevem em diferentes materialidades, de formas descontínuas na história e não estão vinculadas a uma estrutura específica. Não podemos, então, acreditar que os discursos envolvendo os povos indígenas se limitaram às cartas dos viajantes ou aos romances indianistas, nem mesmo que estão restritos ao corpo indígena e aos enunciados produzidos por eles próprios. Sem dificuldade, eles estão presentes nos telejornais, nos programas de rádios, nas telenovelas, nas redes sociais e em qualquer forma de interação entre as pessoas, inclusive nas conversas cotidianas trocadas entre vizinhos dentro de um elevador ou na mesa de bar.

Aqui, tentamos compreender quais jogos de poder envolveram a produção e a circulação dessas matérias nos telejornais locais? Como se estabelecem as relações de poder envolvendo os corpos indígenas no mundo contemporâneo, com base nas emergências históricas dos nossos dias? Que enunciados funcionam como pequenos nós de uma extensa e complexa rede de memórias sobre os povos indígenas.

Para Foucault (2000), em todas as sociedades existe uma ordem do discurso que com seus dispositivos de poder estabelece a organização e a normalização da realidade, definindo, por exemplo, o que é lícito, verdadeiro, superior, inferior, ético. Essa ordem se estabelece como representação da verdade, porque produz saberes que a justificam, como as mais diferentes formas de lei ou ainda, como doutrinas respaldadas pelas instituições de ensino. O discurso, portanto, não é "transparente e neutro", como anunciado em ingênuos manuais de jornalismo, pois as mídias são lugares de exercício do poder. Os telejornais locais fazem parte deste grande e heterogêneo dispositivo midiático que age diretamente na (re)produção das identidades indígenas.

Os processos de recepção da mídia, no entanto, não são homogêneos e as subversões podem ocorrer em diferentes níveis e escalas. Há sempre formas de resistência aos discursos propostos através da mídia. Kellner (2001, p. 11) diz:

No entanto, o público pode resistir a significados e mensagens dominantes, criar sua própria leitura e sua própria maneira de se apropriar da cultura de massa, usando a cultura como um recurso para fortalecer e inventar seus próprios significados, identidades e modos de vida. Por outro lado, a própria mídia dá os recursos que os indivíduos podem aceitar ou rejeitar a formação de sua identidade em oposição aos modelos dominantes.

Hoje, no Brasil, os povos indígenas estão atentos às formas como são apresentados pela mídia. Nas redes sociais, vários indígenas tentam mostrar sua própria versão dos acontecimentos divulgados pelas emissoras de televisão. Felizmente, inclusive já existe um pequeno número de estudantes universitários indígenas preocupados com o poder das grandes empresas de mídia. Como consideramos fundamental ouvir os próprios indígenas sobre a produção de suas identidades nas mídias, na segunda parte deste artigo, estabelecemos um diálogo com um grupo de Tembé-Tenetehara sobre a matéria que analisamos.

2. Por rodovias e postes de eletricidade segue o colonialismo interno

O Brasil é um país de dimensões continentais, dividido em 05 regiões principais e, naturalmente, a unificação deste vasto território não foi imediata, nem pacífica e ainda hoje existem questões regionais muito sérias que marcam a desigualdade econômica no país e nos permitem identificar um processo de colonialismo interno. A antiga província do Grão Pará⁴, atualmente a maior parte do território que compõe a Amazônia brasileira, foi definitivamente incorporada ao Império do Brasil apenas em 1836, depois de uma grande insurreição popular, que envolveu diretamente as sociedades indígenas da região e resultou num grande genocídio da população local, a Cabanagem (CHIAVENATO, 1984).

Este processo de imposição não foi totalmente definido no início do Império brasileiro e a integração da Amazônia tornou-se uma grande preocupação para os governos brasileiros pós-coloniais, quer fosse a monarquia, as ditaduras militares e mesmo os governos mais identificados com políticas progressistas em relação aos direitos

⁴ A Coroa Portuguesa estabeleceu duas colônias na América do Sul: em 1500, o Brasil localizado a sudeste, dentro dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas e no início do século XVII, o Grão-Pará e Maranhão, localizada ao norte, depois da União das Coroas Ibéricas.

humanos. Podemos ver nestes movimentos, aquilo que Gonzalez-Casanova (2007, p.77) definiu como colonialismo interno:

Esses fenômenos, a marginalização ou não participação no crescimento do país, a sociedade dual ou plural, a heterogeneidade cultural, econômica e política que divide o país em dois ou mais mundos com características distintas, estão essencialmente ligados entre si e por sua vez, com um fenômeno muito mais profundo, que é o colonialismo interno, ou a dominação e exploração de alguns grupos culturais por outros. Com efeito, o “colonialismo” não é um fenômeno que ocorre apenas em escala internacional - como se costuma pensar - mas ocorre dentro de uma mesma nação, na medida em que há heterogeneidade étnica nela, na qual certos grupos étnicos estão ligados aos grupos e classes dominantes e outros aos dominados (Tradução nossa).⁵

Ainda hoje, apesar de toda sorte de perseguição a que foram expostas, a região amazônica concentra o maior número de sociedades indígenas da América Latina, com sua diversidade linguística e cultural (NEVES, 2020). A resistência desses povos às políticas de assimilação impostas pelo Estado brasileiro persiste em visibilizar que os projetos predadores de exploração dos recursos naturais são invasores nessa região. Esta peleja que ameaça as fronteiras indígenas também se traduz nas mais diferentes produções midiáticas, que recorrentemente se posicionam a partir dos interesses de seus patrocinadores. Desde o início da televisão no estado do Pará, as mineradoras figuravam como as principais verbas de publicidade e sabemos que estas empresas não estão interessadas no mercado varejista, mas sim em produzir sentidos positivos de suas atuações diante da opinião pública.

Com o discurso de trazer progresso e desenvolvimento à Amazônia, sistematicamente, desde 1950, várias iniciativas foram agenciadas em nome da integração nacional na região. Duas delas nos interessa particularmente: a construção das principais rodovias para conectar as cidades da Amazônia à capital, Brasília e à região sudeste, fundamental para a organização de um sistema nacional de comunicação que deu origem à Rede Globo de Comunicação.

A história da TV na Amazônia está imbricada com a atuação dos governos federais. As grandes empresas de comunicação e seus recursos audiovisuais foram

⁵ Estos fenómenos, el marginalismo o la no participación en el crecimiento del país, la sociedad dual o plural, la heterogeneidad cultural, económica y política que divide al país en dos o más mundos con características distintas, se hallan esencialmente ligados entre sí y ligados a su vez con un fenómeno mucho más profundo, que es el colonialismo interno, o el dominio y explotación de unos grupos culturales por otros. En efecto, el “colonialismo” no es un fenómeno que sólo ocurra a escala internacional —como comúnmente se piensa—, sino que se da en el interior de una misma nación, en la medida en que hay en ella una heterogeneidad étnica, en que se ligan determinadas etnias con los grupos y clases dominantes, y otras con los dominados.

sistematicamente utilizadas como estratégia de poder pelo presidente Juscelino Kubitschek, que iniciou a construção das grandes rodovias na Amazônia e favoreceu, entre outras ações, a chegada da energia elétrica e das antenas de TV para muitas localidades isoladas. Neste período, segundo Dos Santos (2018, p. 50):

Com um grande número de empresas instaladas e um grande volume de capital circulando pelo país, as elites econômicas e o próprio governo perceberam que era necessário propagandar e visibilizar todas as transformações que ocorriam no país. E o melhor meio para essa propaganda era o cinema, dentre outros fatores pelo seu alcance na época e pelos próprios dispositivos legais que existiam naquele momento. A construção da estrada Belém-Brasília tinha prioridade e destaque entre as realizações do governo JK. A abertura da estrada só ficava atrás em importância, da construção da nova capital federal, a cidade de Brasília. Por seu destaque, a estrada na Amazônia era frequentemente propagandeada e estava nas lentes do cineasta Jean Manzon e em vários outros produtos audiovisuais, como os da Agência Nacional.

Para alcançar seu objetivo de integrar o país de norte a sul e de leste a oeste, ele se valeu das novas possibilidades midiáticas dos anos de 1950 e neste caminho, o presidente dos “50 anos em 05” foi seguido de perto por todos os seus sucessores. Poucos anos depois, durante a ditadura militar, houve um investimento considerável para finalmente se interligar o país com uma grande rede de comunicação nacional.

A chegada das diferentes mídias à Amazônia foi e continua sendo um processo gradativo e mesmo hoje existem lugares isolados, sem acesso à energia elétrica, vivendo suas temporalidades singulares, distante da revolução produzida pela popularização da internet. Ainda há poucas pesquisas sobre a história da mídia na Amazônia e quase todas estão relacionadas aos jornais impressos.

Com o objetivo de formar uma rede nacional, primeiro as afiliadas dos jornais impressos das corporações de comunicação do sudeste brasileiro passaram a funcionar na região. Depois, ainda bastante articuladas às mesmas corporações, foi a vez das emissoras de rádio e as produções cinematográficas. Por fim, com articulações bem semelhantes e com uma feição que chega até os nossos dias, a nacionalização das emissoras de televisão.

Pouco sabemos sobre a inauguração, em 1961, da primeira estação de televisão em Belém, a TV Marajoara. Os relatos disponíveis sobre a chegada da televisão ao território paraense não dão conta dos conjuntos enunciativos das condições da inauguração em terras amazônicas. Para entender de forma mais verticalizada este processo, recorreremos aos jornais impressos da época e realizamos um levantamento das publicações relacionadas a esta inauguração no mês de setembro de 1961, no jornal A Província do Pará.

A Rede Globo, maior empresa de comunicação no Brasil, com o apoio da última ditadura militar (1964/1985), foi a primeira empresa que conseguiu estabelecer sucursais em todas os estados brasileiros. Este grupo gerencia notícias sobre o Brasil e o mundo em seu portal de internet, canais fechados, cobertura de rádio, telejornalismo nacional e local, além de seus correspondentes internacionais.

Hoje, apesar das mídias digitais e suas possibilidades de convergência, a televisão aberta, no Brasil, não perdeu espaço para as novas tecnologias de informação. O IBOPE, Instituto Brasileira de Opinião Pública e Estatística, desde 2014 mostra que nas principais metrópoles brasileiras, pelo menos 16 milhões de pessoas realizam as duas atividades simultaneamente, ver TV e ao mesmo tempo estar conectado à internet. Ainda de acordo com o IBOPE, os telejornais representam o segundo maior motivo de comentários das redes sociais, perdendo apenas para as telenovelas. Ou seja, o telejornalismo e suas novas configurações representam uma das principais fontes de informação de nossa sociedade (SENA, 2015, p. 31).

Neste imenso universo de possibilidades, as notícias produzidas pelo telejornalismo local sobre os povos indígenas, também imbricadas com os interesses do capital estrangeiro, estão distantes da maior parte dos observatórios da imprensa e das críticas nacionais e internacionais em relação à neutralidade da mídia. Faltam críticas e observatórios específicos sobre povos indígenas. Entender as condições de possibilidades históricas da chegada da televisão à Amazônia é significativo para entendermos as relações de poder em que as emissoras estão envolvidas e os enunciados que colocam em circulação sobre os povos indígenas na atualidade. Este acontecimento se inscreve numa história descontínua, complexa, que retoma memórias ligadas ao sistema colonial, mas também projeta estas redes de memória para o futuro.

3. TV Liberal e suas condições de possibilidades históricas

A primeira transmissão de televisão no Brasil aconteceu em 1950, na cidade de São Paulo, na TV Tupi, que fazia parte do grupo Diários Associados Assis Chateaubriand. Apesar das dificuldades técnicas, os canais de televisão foram rapidamente e mesmo ainda buscando encontrar uma linguagem televisiva mais particularizada, que distinguisse a televisão do rádio ou do teatro, as formas de fazer televisão em São Paulo tornaram-se uma referência no Brasil.

No estado Pará, a televisão chegou 11 anos após a primeira transmissão em São Paulo, em 30 de setembro de 1961, com a inauguração da TV Marajoara, também de propriedade do grupo Diários Associados Assis Chateaubriand. Ela foi a primeira estação de televisão instalada na Amazônia brasileira. Este ano foi marcado por muita turbulência

política, pois quase um mês antes da inauguração, o presidente do Brasil, Jânio Quadros, eleito em janeiro de 1961, renunciou em 25 de agosto. Em 7 de setembro, o vice-presidente João Goulart assumiu o cargo de presidente do Brasil, mas no dia seguinte, o Congresso Nacional aprovou a criação do primeiro Conselho de Ministros, que determinou menos soberania para o poder do presidente. Naquele momento, houve uma espécie de apreensão nas relações de poder entre os estados e a presidência, e a programação de televisão representava uma nova ordem discursiva que ajudaria na correlação de poderes no estado do Pará.

Inicialmente, a programação não excedia três horas e saía do ar no início da noite. No dia da estreia, um artigo de meia página num dos jornais impressos de maior circulação na região, A Província Pará, revelou os ilustres personagens presentes na inauguração. Augusto Azevedo Antunes, presidente do ICOMI, Indústria e Comércio de Bens S/A, foi escolhido padrinho da TV. A extração de minério nesse período começou a se intensificar na região e esta indústria detinha legalmente o direito à exploração de manganês na região (SENA, 2015).

A associação das mineradoras com a televisão local já lançava as bases desta união tão profícua que chega a nossos dias com as milionárias campanhas institucionais de empresas mineradoras, como a Vale e a Hydro. Este primeiro cenário, no entanto, vai se alterar com as propostas de uma integração nacional administrada pela ditadura militar. O grupo Liberal, mais tarde conhecido como Organizações Rômulo Maiorana, que depois se transformaria na maior corporação de comunicação do estado, ainda não havia iniciado suas atividades.

A parte de comunicação das Organizações Romulo Maiorana (ORM) constituía-se em 2014 com a TV Liberal, afiliada local da Rede Globo, dois jornais impressos, duas rádios FM e uma AM, o portal ORM e o site G1-Pará. Esta empresa começou com o jornal O Liberal, inaugurado em 1966, mas um acontecimento de caráter nacional mudou seus rumos: o início a expansão da rede de transmissão nacional Rede Globo, em 1976.

Para fazer frente à construção de uma rede nacional, havia a necessidade de aquisição de um suporte tecnológico muito caro, tanto por parte da matriz, da Rede Globo, como de suas afiliadas. Os canais locais enfrentaram muita dificuldade para manter o padrão tecnológico exigido. Os militares, as grandes mineradoras e as empresas multinacionais foram decisivos para financiar esse processo. Durante os ajustes das emissoras locais, a TV Liberal tornou-se sua afiliada no Pará. Neste primeiro momento,

a produção local contava com dois telejornais: o Jornal Hoje Local e o Jornal Nacional Local.

Hoje, a TV Liberal produz diariamente três programas de notícias, o Bom Dia Pará, no início da manhã, de segunda à sexta-feira, antecedendo o Bom Dia Brasil da TV Globo Rio, o Telejornal Liberal Primeira Edição, no horário do almoço, antecedendo ao Jornal Hoje e o Telejornal Liberal Segunda Edição, no início da noite, de segunda a sábado, antecedendo ao Jornal Nacional. Todos estão ligados à programação nacional implantada pela Rede Globo. No estado do Pará, a Vale, segunda maior empresa de mineração do mundo, é um dos mais importantes patrocinadores dos telejornais da TV Liberal.

Este processo de construção histórica vai delinear as formas de enunciação deste grupo de comunicação. E assim como acontece com toda a cobertura jornalística, não podemos imaginar neutralidade em relação às questões políticas, econômicas e culturais da região. Ainda hoje, mesmo após a ditadura militar, as empresas de mineração, assim como os sujeitos empenhados em trazer o “desenvolvimento” e o “progresso” para a Amazônia, para quem as terras indígenas representam um grande obstáculo, continuam a patrocinar os principais canais locais.

Os povos indígenas da Amazônia brasileira estavam e continuam no caminho das atividades econômicas de exploração predatória de região, que vem impactando numa grande devastação da floresta e da fauna amazônicas. Embora a Constituição declare que eles devem ser ouvidos, antes de grandes projetos se estabelecerem em suas terras, historicamente, os povos indígenas sempre foram ignorados.

4. Os Tembé-Tenetehara e a abertura das rodovias no Pará

O povo Tembé-Tenetehara há 400 anos começou a estabelecer contato, na maioria das vezes belicoso, com as mais diferentes frentes: políticas, econômicas, religiosas, midiáticas, educacionais. Sua história é marcada pelo constante processo de luta e resistência para reafirmar sua tradição indígena. Os Tembé da TIARG fazem parte do ramo ocidental dos Tenetehara, sua língua e sua cultura são de tradição Tupi, do ramo Tupi-Guarani. Eles e os Guajajara do Maranhão compartilham a língua Tenetehara, apesar de cada povo manter suas singularidades.

A história dos Tembé-Tenetehara é de diáspora e de luta. Em meados do século XIX, grande parte dos Tenetehara rumou do Alto Rio Pindaré e Rio Caru, no Maranhão, em direção aos rios Gurupi, Guamá e Moju, já no estado do Pará (“rio” no tronco linguístico Tupi). Os próprios Tembé nos contam que o

contato existe há três séculos e que seus antepassados vinham de rio em rio fugindo dos *karaiw* (nome que dão aos não indígenas) (JORDY FILHO, 2016, 13).

Em 1945, o interventor federal no estado do Pará, bastante alinhado com os interesses da presidência do Brasil, criou a Reserva Indígena Alto Rio Guamá, com o objetivo de abrigar os Tembé-Tenetehara, os Guajá, os Timbira e sobretudo os regionais, que viviam no nordeste do estado, na fronteira com o Maranhão. Depois de um longo processo, apenas em 2015, efetivamente, a justiça determinou a desintrusão da agora homologada Terra Indígena Alto Rio Guamá do povo indígena Tembé-Tenetehara.

Ao longo destas décadas, a luta constante deste povo foi refém dos projetos políticos e econômicos de integração da Amazônia, principalmente daqueles associados ao agronegócio e à construção das grandes rodovias. Se por um lado o Estado brasileiro lhes garantiu a homologação da TIARG, em diversos momentos atuou no sentido de acabar com as práticas culturais indígenas, quer fosse com a imposição da língua portuguesa, quer fosse com a migração de regionais para as terras indígenas, ou ainda com o incentivo a invasões, como aconteceu com a Fazenda Mejer⁶ e tantas outras colônias agrícolas que lá se estabeleceram.

Com a política integracionista de Juscelino Kubitschek, o Pará começou a viver um momento de expansão política e administrativa. Criaram-se superintendências, bancos e universidades. Houve a construção da Belém–Brasília (BR-010), da Cuiabá–Santarém (BR-163) e a Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco (BR-364), interligando a região amazônica por via terrestre, ao litoral, ao planalto central e ao Centro-Oeste. Ampliam-se as possibilidades de conquistas territoriais no estado e se possibilitou um movimento de mobilidade populacional para o “novo espaço” de ocupação. Neste processo, a TIARG foi bastante afetada e embora a abertura destas rodovias não a atravessassem, o uso da mão-de-obra indígena acabou por afetar as práticas culturais dos Tembé.

Sérgio Muxi, da aldeia Tekohaw conta que: “À medida que a construção das rodovias avançava pelo território paraense, nós tínhamos que nos afastar, porque junto com estas construções vinham madeireiros, garimpeiros e muita violência”. Elias Tembé, da Aldeia Cajueiro, explica que: “Eles nos levavam para trabalhar na pacificação de outros povos indígenas, que viviam nos

⁶ Quando assumiu a recém-criada Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o general Bandeira de Melo, em 1967, autorizou a Companhia Agropecuária do Pará a invadir 11 mil hectares da Reserva Alto Rio Guamá e motivou novas invasões, quase todas com incentivos fiscais aos que promovessem o desmatamento. Em 1977, embalada por esta política, tem início a maior invasão das terras dos Tembé, a criação da Fazenda de Mejer Kabaczniak, que abriu uma estrada de 24 km de extensão dentro da reserva para ligar sua fazenda à vila de Livramento, no município de Nova Esperança do Piriá, que dividiu a TIARG ao meio e deixou as aldeias do norte isoladas das aldeias do sul (JORDY FILHO, 2016).

caminhos das rodovias. Isso durou até mais ou menos 1979. Depois voltei para o meu povo e decidi formar minha família” (NEVES; CARDOSO, 2015).

Em 1961, um novo acontecimento associado às práticas de integração da Amazônia ao Estado brasileiro vai interferir bastante nas terras indígenas dos Tembé: a fundação de Capitão Poço. Desmembrada do município de Ourém, a criação desta cidade tinha como objetivo intensificar a agricultura nesta região do estado do Pará e havia uma intenção de integrar os indígenas à população desta cidade, num processo de assimilação. Mais uma vez, a chegada de novos colonos, vindos em sua maioria de outras regiões do país, intensificou o processo de invasões na Reserva Indígena, muitas vezes incentivadas pelo próprio SPI.

A construção da Belém-Brasília provocou um surto de municipalização no Pará. Foram criados e recriados novos municípios tais como: Benevides, Bonito, **Capitão Poço**, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Peixe-Boi, Primavera, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá e São Félix do Xingu (TAVARES, 2008, p.71 **negrito nosso**).

Segundo Tavares (2008), esses municípios surgem em 1961, ano de implantação da TV no Pará. A chegada da televisão, nesse sentido, faz parte deste projeto de integração e em 1976, quando a Rede Globo se instala no estado do Pará, a cidade de Capitão Poço está no primeiro grupo que recebeu o equipamento das retransmissoras da TV Liberal. Todos esses acontecimentos fazem parte de uma mesma rede de memória agenciada pelo dispositivo colonial e os tendões do colonialismo interno, que visavam também à criação de áreas de segurança na região.

Em função dos vários processos históricos que viveram, a presença da igreja católica e de algumas igrejas evangélicas é bem forte entre eles, mas ao mesmo tempo, os rituais de pajelança continuam presentes e as festas tradicionais, como a Festa do Moqueado a Festa das Crianças estão cada vez mais fortalecidas. Alguns indígenas como o cacique Lourival Tembé, a cacique Célia Tembé, Kuzã'í Tembé, professora da aldeia Sede, Félix Tembé, da aldeia Itapuryre e Beware Tembé, professor da aldeia Sede, são alguns pessoas importantes neste processo. Como não poderia ser diferente, o universo Tembé-Tenetehara é fraturado e bastante heterogêneo.

Atualmente, a TIARG está localizada no espaço delimitado entre os rios Gurupi, ao sul e Guamá, ao norte. “A aldeia Cajueiro, no Gurupi e a aldeia Sede, no Guamá, muito em função da infraestrutura (pois nelas há escolas, postos de saúde, energia elétrica) reúnem o maior número de moradores” (NEVES; CARDOSO, 2015). Estima-se que a população atual seja de aproximadamente 2100 pessoas, organizadas em 22 aldeias.

5. Conflitos de terra no telejornal

Das 36 matérias que catalogamos nos telejornais locais sobre povos indígenas, 19 tratavam de conflitos de terra e nelas os indígenas recorrentemente aparecem como sujeitos extremamente violentos. Normalmente, a produção das matérias segue os princípios do bom jornalismo: primeiro o acontecimento é apresentado, as partes envolvidas são ouvidas e, em seguida, os especialistas sobre o tema são convidados a falar. O problema é que os indígenas além de terem o menor tempo de fala, sempre aparecem com armas nas mãos.

A matéria que analisamos a seguir foi exibida em 02 de dezembro de 2014, no Telejornal Liberal Primeira Edição, no horário do almoço⁷. A história apresenta o conflito entre os Tembé-Tenetehara e os agricultores que invadiram a Terra Indígena Alto Rio Guamá. Apresentamos os recortes de algumas imagens, acompanhadas das falas do apresentador e de alguns sujeitos ouvidos na matéria, na sequência em que foram exibidas.

 <p>Apresentador: <i>O confronto entre os Tembé e os colonos deixam cinco feridos no Pará.</i></p>	 <p>Apresentador: <i>Os colonos dizem que foram recebidos com disparos pelos indígenas</i></p>	 <p>Líder dos colonos: <i>O pessoal tava aqui para conversar com eles, mas quando eles chegaram, os Tembé já começaram a disparar.</i></p>
 <p>Cacique Tembé: <i>Eles dispararam contra nós!</i></p>	 <p>Técnico da FUNAI: <i>Desde 1945 esta terra é propriedade dos Tembé.</i></p>	 <p>Apresentador: <i>A lei deve ser respeitada.</i></p>

Podemos observar que a imagem dos indígenas armados no começo também encerra a matéria. O corpo indígena é identificado pelas câmeras e reconhecido pelo

⁷ Disponível em < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/12/policia-federal-ouve-colonos-e-indios-para-apurar-troca-de-tiros-no-para.html> >

público pela pintura e pelos adereços. Os indígenas também são apresentados como violentos e a arma não deixa dúvida em relação a isso. A matéria informa que houve uma troca de tiros entre os colonos e os indígenas, mas nenhum colono aparece armado, tanto o que está em primeiro plano falando, como o grupo mais adiante aparece com as mãos vazias.

Uma outra recorrência observada nesta reportagem diz respeito ao tempo de fala do líder Tembé (03 segundos), bem inferior ao dos outros sujeitos envolvidos e o técnico da FUNAI, com 30 segundos de fala, merece mais credibilidade que os próprios indígenas. Outro aspecto bastante significativo além da divisão do tempo das falas é a produção da verdade na sequência da matéria: os colonos falam primeiro e o enunciado “eles chegaram” produz o efeito de sentido de que foram os indígenas os invasores das terras dos colonos. O líder Tembé fala que os colonos atiraram neles, mas as imagens negam este enunciado.

O apresentador também informa que a Polícia Federal e o INCRA foram chamados a intervir no conflito, sem destacar que já existe uma determinação judicial sobre a posse dos Tembé. A forma como os fatos são apresentados produz uma ambiguidade, como se ainda fosse necessário algum outro procedimento para resolver a situação. As falas dos representantes desses dois órgãos não são objetivas, embora reconheçam a situação iminente de conflito.

O técnico da FUNAI afirma que desde 1945 esta terra foi destinada aos Tembé e o jornalista que faz a cobertura chama atenção a este fato, mas o apresentador não considera esta informação e em nenhum momento ele coloca em dúvida a posição dos colonos. Muito pelo contrário, no final “a lei deve ser respeitada” com a imagem dos Tembé com arma de fogo, faz recair sobre eles o discurso da violência e da contravenção, como se eles fossem os invasores.

Também chama atenção a semelhança física do colono com os povos indígenas e eles se diferem por causa das pinturas corporais e dos adereços. Numa leitura superficial, o conflito parece se estabelecer entre sujeitos que vivem em condições de igualdade. Estas imagens silenciam o interesse de grupos econômicos organizados que na maioria das vezes estão por trás destas invasões.

5.1. A versão do povo Tembé-Tenetehara

Convidamos um grupo formado por uma professora e um professor de língua Tenetehara e duas jovens estudantes universitárias Tembé para assistir a esta matéria. Os

quatro são pessoas que circulam bastante no universo indígena e no não indígena. Como era de se supor, ficaram bem descontentes com esta versão colocada em circulação pelo telejornal, mas este tipo de abordagem não representou exatamente uma surpresa para eles.

O professor Bêwãre Tembê, que estava presente durante o conflito afirmou: “A televisão não mostra que os agricultores vieram e dispararam em nós. Nós não queríamos morrer e é por isso que também atiramos. Reagimos, mas não falaram isso na matéria!”. Ele vê nestas ações da mídia um grande problema em relação à opinião pública da cidade de Capitão Poço e ainda afirma que os Tembê procuram sempre andar em grupo pela cidade, porque percebem que muitos moradores da cidade são hostis à presença deles.

Para Itaputyre Tembê, uma jovem indígena estudante universitária, que cursa odontologia na UFPA e mora em Belém: “Nós sempre aparecemos como selvagens. Essas pessoas invadem nossas terras, mas nunca aparecem armadas na televisão. Mesmo na faculdade, todos pensam que não sabemos nada e que somos selvagens”. Ela percebe em sua experiência na universidade a produção dessa identidade indígena, que não está restrita à mídia.

Segundo Ieré Tembê, que também mora em Belém e está cursando enfermagem: “Os agressores acreditam que são os donos de nossa terra! O governo e a mídia são coniventes com as invasões, eles sempre fazem isso, mas agora vamos colocar nossa verdade na internet, usaremos um blog e o Facebook”. Ela faz parte de um grupo de jovens Tembê que estão presentes nas redes sociais e já começam a fazer uma militância pela internet.

Kuzã’í Tembê, professora da língua Tenetehara na aldeia Sede também se irritou bastante, mas sua posição, logo depois das falas dos três, foi no sentido de valorizar a língua e a cultura indígena: “É por isso que eu me esforço pra todo mundo aprender nossa língua e nossa cultura! A gente precisa sempre se unir, porque eles querem acabar com a gente! Sem cultura a gente não é forte!”.

O fato de aparecerem armados não lhes desagradou e, para a maioria deles, demonstrar passividade e não reagir não é uma boa estratégia. Na visão dos Tembê, o grave problema da cobertura midiática é mostrar os invasores como se fossem vítimas e os verdadeiros donos das terras. Na mesma região deste conflito, em 1996, um grupo de 70 Tembê foi aprisionado e torturado por um grande fazendeiro, o acontecimento ganhou repercussão nacional, mas mesmo assim a situação não foi resolvida definitivamente.

Os Tembé, sem dificuldade, percebem a manipulação das notícias. O discurso predominante é o da violência indígena de forma unilateral. Embora a lei declare que aquela terra é propriedade de povos indígenas, a notícia duvida desta informação e, como recorrentemente aparece nas matérias, nesta também podemos encontrar o enunciado “nas terras supostamente dos indígenas”, embora a TIARG já seja homologada e tenha sido destinada aos Tembé desde 1945, como assinala o técnico da FUNAI.

Considerações finais

Segundo Foucault, o discurso é tomado como uma prática social, historicamente determinada, que constitui sujeitos e objetos. As práticas discursivas das mídias devem ser analisadas levando em conta a circulação de declarações, posições de assunto, questões materiais que dão corpo aos sentidos e articulações de declarações com história e memória.

Em 2019, o mundo inteiro passou a olhar para a floresta amazônica com certo receio do que possa acontecer a partir da posição do novo presidente. Uma posição, que como vimos, não é tão nova assim e está filiada a uma rede de memórias reforçada pelo dispositivo colonial e pelo colonialismo interno.

Em agosto de 2019, o assassinato de um cacique Waiãpi e a ameaça de um genocídio entre eles apareceram nos telejornais da Rede Globo durante alguns dias. É certo que a repercussão nas redes sociais ajudou nesta visibilidade, mas, não resta dúvida de que houve um comportamento pouco usual. Em 2012, uma postagem feita com a fotografia de um garoto Kaiowá enforcado, acompanhada da carta de um grupo de 177 Guarani-Kaiowá afirmando que só saíam mortos de suas terras promoveu uma grande movimentação no Facebook e mais de 20 mil usuários compartilharam a postagem em menos de 24 horas (NEVES; CARDOSO, 2016). Logo em seguida, um número não divulgado de usuários passou a assumir o sobrenome Guarani-Kaiowá. A atitude destes indígenas foi uma reação à liminar de despejo de sua terra, no primeiro mandato de Dilma Rousseff. No Brasil, nem a presidência, nem a grande mídia tomaram conhecimento da situação, mas a repercussão internacional foi tão grande, que a Rede BBC fez uma grande cobertura e obrigou o governo brasileiro a se manifestar.

A eleição de Jair Bolsonaro polarizou a população brasileira e muitos setores de nossa sociedade, depois do governo de exceção, pela primeira vez se sentem ameaçados pela posição do presidente. Esta, no entanto, não é a história dos povos indígenas, pois as fronteiras de suas terras nunca deixaram de ser ameaçadas. Está mais difícil agora, mas

em nenhum momento foi fácil. Segundo Ailton Krenak (2018), uma das principais lideranças indígenas do Brasil: “Já passamos por tanta ofensa que mais essa agora não nos vai deixar fora do sério. Fico preocupado é se os brancos vão resistir. Nós estamos resistindo há 500 anos”.

Neste novo cenário brasileiro, a cobertura midiática compreende os veículos de massa, mas também as redes sociais. Acompanhamos polarizadas campanhas eleitorais que se intensificaram no What App e no Facebook, balizadas por uma grande quantidade de *Fake News*. Os povos indígenas participaram de diferentes formas deste processo, quer fosse no debate polarizado, onde apareciam como legítimos donos de suas terras ou como entrave ao desenvolvimento, ou mesmo como candidatos, cujas maiores expressões foram a participação de Sônia Guajajara como candidata à vice-presidente e a eleição da deputada federal Joênia Wapichana.

Fico muito preocupado com esse território da disputa porque deixa de ser o chão onde nós pisamos e passa a ser quase uma camada virtual de realidade, realidade líquida em que a informação não tem base de checagem. Diante da informação, a população fica inquirindo se aquilo tem alguma origem verdadeira, se é uma mentira, insinuação. Se não há um chão verdadeiro, entramos no mundo das mensagens midiáticas – o marketing. O senso comum acha que marketing é alguma coisa que vende produtos, mas ele também vende ideias (KRENAK, 2019).

Produzir notícias falsas não é uma prerrogativa dos nossos dias. Os regimes autoritários sempre foram especialistas em manipular as versões dos fatos, da mesma forma como as grandes corporações midiáticas sempre penderam para as posições defendidas por seus patrocinadores. É necessário, no entanto, não perder o fio da história, ainda que ele se desenhe em forma de espiral. A cobertura midiática, os conflitos de terra, a degradação do ambiente e as práticas de consumo da população deste planeta cada vez mais elevadas fazem parte de uma complexa e, por vezes, contraditória ordem discursiva estabelecida pelo dispositivo colonial, sempre atualizada e permitindo reposicionamentos para continuar existindo. No calor da hora, a história é sempre esfumada, mas assim como as redes de memórias se escrevem a partir de acontecimentos do passado, elas também abrem a possibilidade de vislumbrarmos o futuro. Os jogos de poder vão persistir nas fronteiras da Terra Indígena Alto Rio Guamá e dificilmente os telejornais locais vão mudar suas posições, mesmo que o dispositivo seja obrigado a se reposicionar.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: o povo no poder*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

DOS SANTOS, Rodrigo Wallace. *Pioneiros e duendes: desenvolvimento e integração da Amazônia a partir dos filmes documentários de Jean Manzon*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI* / Pablo González Casanova; antología y presentación, Marcos Roitman Rosenmann. — México, D. F.: Siglo XXI Editores ; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

JORDY FILHO, Nassif Ricci. *Narrativas orais Tembé-Tenetehara: percursos etnográficos, memórias e resistências*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2016.

KELLNER, D.A. *Cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

KRENAK, Ailton. Entrevista concedida à Priscilla Arroyo. *Observatório do Agronegócio*, 2019. Disponível em: < <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/06/19/ailton-krenak-a-mentira-e-a-manipulacao-colocam-a-vida-das-pessoas-integras-em-risco/> > Acessada em 21/07/2019, às 10h.

KRENAK, Ailton. Entrevista concedida à Christiana Martins. *Expresso*, 2018. Disponível em: < <https://expresso.pt/internacional/2018-10-19-Somos-indios-resistimos-ha-500-anos.-Fico-preocupado-e-se-os-brancos-vaao-resistir#gs.cgaWeHQ> > Acessada em 21/07/2019, às 11h.

NEVES, Ivânia. Fraturas contemporâneas de histórias indígenas em Belém: sobre mármore e grafites. *Revista Maracanan*, v. 02, p. 544-566, 2020.

NEVES, Ivânia; CARDOSO, Ana Shirley. *Patrimônio Cultural Tembé-Tenetehara: terra indígena alto rio Guamá*. Belém: Iphan-PA, 2015.

NEVES, Ivânia; CARDOSO, Ana Shirley. “Sou Guaraní-Kaiowá”: o Ativismo, a Resistência e o Suicídio no Facebook In: Vilmar Prata; Nilton Milanez. (Org.). *Filosofia do suicídio: quando o corpo tem vez*. Vitória da Conquista: Labedisco, 2016, v. 1.

NEVES, Ivânia; CARVALHO, Vívian. A presença indígena na telenovela brasileira: poder, interdição e visibilidade. *Revista Brasileira de Comunicação*, v. 42, p. 167-182, 2019.

NEVES, Ivânia; CORRÊA Maurício Neves; TOCANTINS, Raimundo. A . A invenção do índio na mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades. *Revista Moara*, v. 02, p. 05-21, 2013.

SENA, Arcângela. *O índio notícia na TV Liberal: corpos de memórias coletivas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2015.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Formação Territorial Do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, nº3, jan./jun. de 2008. Disponível em < <http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/viewFile/204/364>>. Acessado em 05.07.15

Recebido em 20/05/2020. Aceito em 19/09/2020.